



Comunicado de Imprensa

Luxemburgo, 20 de setembro de 2021

UE não faz o suficiente para estimular investimentos sustentáveis

A transição para uma economia com neutralidade carbónica exigirá investimentos privados e públicos significativos, mas a UE não está a fazer o suficiente para canalizar fundos para atividades sustentáveis. Esta é a conclusão de um relatório especial publicado pelo Tribunal de Contas Europeu (TCE), que apela a uma maior coerência nas ações da União. A Comissão Europeia tem-se concentrado, a justo título, em aumentar a transparência no mercado, mas o TCE critica a falta de medidas de acompanhamento para dar resposta aos custos ambientais e sociais das atividades económicas insustentáveis. Segundo o relatório, a Comissão tem de aplicar critérios coerentes para determinar a sustentabilidade dos investimentos apoiados através do orçamento da UE e orientar melhor os esforços para gerar oportunidades de investimento sustentável.

"As ações da UE em matéria de financiamento sustentável só serão plenamente eficazes se forem tomadas medidas adicionais para refletir os custos ambientais e sociais das atividades insustentáveis", afirmou Eva Lindström, Membro do Tribunal de Contas Europeu responsável pelo relatório. "As empresas insustentáveis continuam a ser demasiado lucrativas. A Comissão fez muito para tornar esta insustentabilidade transparente, mas continua a ser preciso resolver este problema subjacente."

As principais questões prendem-se com o facto de o mercado não refletir os efeitos ambientais e sociais negativos das atividades insustentáveis e de haver uma falta geral de transparência sobre o que é considerado sustentável. O TCE considera que o Plano de Ação para o financiamento sustentável adotado pela Comissão em 2018 dá apenas uma resposta parcial a estas questões. Muitas medidas sofreram atrasos e precisam de etapas suplementares para se tornarem operacionais. O TCE destaca a necessidade de aplicar plenamente o Plano de Ação e sublinha a importância de concluir o sistema de classificação comum para as atividades sustentáveis (a

O objetivo do presente comunicado de imprensa é apresentar as principais mensagens do Relatório Especial adotado pelo Tribunal de Contas Europeu. O texto integral está disponível em www.eca.europa.eu.

ECA Press

12, rue Alcide De Gasperi – L-1615 Luxembourg

E: press@eca.europa.eu @EUAuditors eca.europa.eu

taxonomia da UE) com base em critérios científicos. Recomenda medidas adicionais para assegurar que o preço das emissões de gases com efeito de estufa reflete melhor o seu custo ambiental.

O relatório salienta também o importante papel que o Banco Europeu de Investimento (BEI) desempenha no financiamento sustentável. No que diz respeito ao apoio financeiro da UE gerido pelo BEI, o TCE constatou que o apoio prestado pelo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) não se concentrou nas áreas em que o investimento sustentável é mais necessário, em especial na Europa Central e Oriental. Além disso, apenas se despendeu uma parte muito pequena com a adaptação às alterações climáticas. Para que a situação se altere, o TCE recomenda que a Comissão, em cooperação com os Estados-Membros, deve gerar uma carteira de projetos sustentáveis.

Por último, o TCE considera também que o orçamento da UE não segue plenamente as boas práticas em matéria de financiamento sustentável e carece de critérios científicos coerentes para evitar prejuízos significativos ao ambiente. Apenas no programa InvestEU existem requisitos para avaliar os investimentos por referência a normas sociais e ambientais comparáveis às utilizadas pelo BEI. Assim sendo, corre-se o risco de poderem ser utilizados critérios diferentes ou insuficientemente rigorosos para determinar a sustentabilidade ambiental e social das mesmas atividades financiadas por diferentes programas da UE, incluindo o Fundo de Recuperação. Além disso, muitos dos critérios utilizados para acompanhar o contributo do orçamento da União para os objetivos climáticos não são tão rigorosos e científicos como os desenvolvidos para a taxonomia da UE. Por isso, o TCE recomenda que o princípio de "não prejudicar significativamente" seja aplicado de forma coerente em todo o orçamento da União, tal como os critérios da taxonomia da UE.

O relatório de auditoria irá contribuir para a execução da estratégia de financiamento da transição para uma economia sustentável, publicada pela Comissão no início de julho.

Informações de base

Muitas atividades económicas na UE continuam a ter uma elevada intensidade carbónica. A Comissão estima que, para alcançar a meta de 55% de redução das emissões de gases com efeito de estufa até 2030, será necessário um investimento anual suplementar de cerca de 350 mil milhões de euros só no sistema energético. Segundo uma estimativa elaborada por peritos, a concretização da neutralidade climática na UE até 2050 exigirá despesas de capital totais de cerca de um bilião de euros por ano no período entre 2021 e 2050. Desse montante, o apoio financeiro da UE poderia atualmente ajudar a conceder mais de 200 mil milhões de euros por ano no período de 2021-2027, o que revela a dimensão do défice de investimento e demonstra que os fundos públicos, por si só, não serão suficientes para alcançar os objetivos acima referidos.

No âmbito do quadro financeiro plurianual (QFP) de 2021-2027, a UE planeia apoiar o investimento público e privado atribuindo, no mínimo, 30% do seu orçamento à ação climática. Além disso, os Estados-Membros terão de afetar ao apoio à ação climática pelo menos 37% dos fundos que receberem ao abrigo do Mecanismo de Recuperação e Resiliência (Fundo de Recuperação da UE). O programa InvestEU, que sucede ao FEIE, é o novo mecanismo de apoio ao investimento do BEI para angariar investimento privado para projetos de importância estratégica para a UE. Neste momento, as modalidades de comunicação de informações do InvestEU não incluem os resultados climáticos e ambientais reais dos projetos subjacentes às operações financeiras nem revelam os montantes do financiamento do programa que são acompanhados segundo os critérios da taxonomia da UE.

O Relatório Especial 22/2021, intitulado *Financiamento sustentável: é necessária uma ação mais coerente da UE a fim de reorientar o financiamento para o investimento sustentável*, está disponível no sítio Web do TCE (eca.europa.eu).

Contactos para a imprensa

Serviço de imprensa do TCE: press@eca.europa.eu

- Claudia Spiti: claudia.spiti@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 553 547
- Vincent Bourgeois: vincent.bourgeois@eca.europa.eu – Telemóvel: (+352) 691 551 502